

INCLUSÃO: CAMINHOS E DESAFIOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

SIMONE LIMA CASTRO¹; MAURO DILLMANN²

¹*Universidade Federal de Pelotas – siimonelcastro@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – maurodillmann@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar como ocorre a inclusão de alunos e alunas com diferentes deficiências em escolas regulares e apresentar como é a vida desse/a aluno/ após a inclusão, levando em conta como foi seu período de adaptação, se a escola conseguiu suprir com suas necessidades. Atentando ao fato de que a escola depende do governo para que possa promover a esse aluno a possibilidade de inclusão.

A necessidade de fazer esse tipo de discussão se dá pelo fato de ainda existir uma enorme dificuldade em pessoas deficientes, tanto físicas quanto mentais, conseguirem acesso a escolas regulares para obter o mesmo ensino que pessoas não portadoras de deficiência, pois estamos vivendo um momento em que cada vez mais o respeito à diversidade e o direito à atividade social de cada pessoa se faz presente, estimulando cada vez mais a necessidade de uma sociedade mais igualitária, assim como diz WERNECK (1999): “estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados”

A prática da inclusão começa a surgir de forma mais evidente no século XX, quando a pedagogia se faz presente com um atendimento educacional para pessoas com deficiência. Ao analisar uma atividade educativa inclusiva, CORREIA (1997) destaca que: “O surgimento de instituições leva a aceitar certa responsabilização na educação de crianças com deficiência, ao mesmo tempo, imbuída por uma ambiguidade profunda com respeito ao fenômeno das diferenças individuais que implicam limitações e deficiência.”

Baseado nessa ideia, fica perceptível que, com o aumento das instituições escolares, aumenta o número de vagas no ensino regular, logo, o ensino para pessoas deficientes possui um novo horizonte. Ocorre então o início das primeiras escolas para cegos, por exemplo, como é o caso da Escola Louis Braille na cidade de Pelotas, sendo direcionada para pessoas cegas, o que muitas vezes faz com que pessoas com deficiência visual deixem de procurar escolas regulares (muitas vezes até por falta de estrutura da mesma) e acabam procurando escolas especializadas para atender o público cego.

A finalidade deste trabalho, então, é analisar os processos de inclusão de alunos do ensino fundamental em escolas públicas pelotenses, especialmente a partir da minha experiência de estágio supervisionado na disciplina de história do ensino fundamental na Escola Piratinino de Almeida, visando a considerar se a estrutura escolar está apta para receber um aluno cadeirante, por exemplo.

2. METODOLOGIA

A metodologia usada na elaboração deste trabalho se deu, primeiramente, através da reflexão feita a partir do estágio obrigatório no ensino fundamental, através do contato com os alunos e de uma observação crítica do ambiente e estrutura escolar, proporcionada por leituras e discussões sobre inclusão que foram feitas ao longo da graduação.

Somado a isso, foi realizada leitura de artigos que discutem o tema. Como é o caso de CARDOSO (2004), que destaca: “A partir da década de 80 surgem, em nosso país, principalmente no Rio Grande do Sul, os estudos e aplicações da estimulação precoce, em crianças de zero a três anos de idade que apresentam alguma alteração global em seu desenvolvimento, tanto na área hospitalar e médica, como nas escolas especiais e, posteriormente, nas creches e escolas infantis. A partir desta nova abordagem dinâmica no tratamento de bebês com deficiência mental, inicia-se a intervir mais precocemente nas desordens neuromotoras, cognitivas e afetivas desses sujeitos, modificando o prognóstico de aprendizagem dos mesmos”. Esse pensamento mostra como um acompanhamento qualificado torna possível que o aprendizado ocorra de modo positivo.

Segundo Sá (2012), a escola inclusiva possui determinada estrutura, porém, enquanto estive presente dentro da escola, pude observar que, a escola não conseguiu corresponder a uma estrutura mais inclusiva e de fácil acesso a todos seus alunos de maneira igualitária, caso existisse algum aluno deficiente. Um aluno cadeirante, por exemplo, não conseguiria circular pelo espaço da escola com a mesma facilidade que um aluno não cadeirante.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar o estágio, precisou ser feito um período de observação dentro do ambiente escolar que não fosse a sala de aula, para que houvesse a familiarização do estagiário com o ambiente que se estava inserido. Após a realização do estágio, deve ser feita a elaboração de um relatório de estágio, contando a experiência dentro de sala de aula e refletindo sobre os principais aspectos na construção, tanto na relação do professor com a turma, quanto na construção da aula e na familiarização com o ambiente escolar, pontuando o que o professor estagiário considerou de mais importante durante aquele período.

Ainda que o relatório não esteja totalmente pronto, é possível fazer uma análise sobre inclusão elencando o tempo de permanência dentro da sala de aula e em outros ambientes da escola, somado a todos os textos lidos e os debates feitos em sala de aula sobre o assunto, é possível fazer uma discussão sobre inclusão, pontuando elementos importantes sobre o tema.

A problematização começou quando ao fazer a observação percebi que nas salas de aula não haviam rampas, outro ponto que me chamou atenção foi o fato que a biblioteca não possui livros em braile, logo, esses dois pontos demonstram a dificuldade que tanto um aluno cego quanto um aluno cadeirante teriam dentro daquele ambiente.

4. CONCLUSÕES

O relatório de estágio ainda está em andamento, porém, de acordo com as experiências já adquiridas no decorrer do estágio, e de leituras já feitas, é perceptível que a inclusão, não somente feita em ambiente escolar, mas no meio

social, é benéfica para a sociedade como um todo, pois é importante maior aceitação da diversidade social que estamos inseridos. A partir do momento que existe inclusão, crianças irão crescer sob uma nova perspectiva de sociedade, assim como afirma STAINBACK (1999) “Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social”.

O relatório ainda está em andamento e para sua finalização será preciso voltar a escola onde foi feito o estágio obrigatório para retomar as dificuldades constatadas durante o período que estive lá para analisar as possibilidades de inclusão e se alguma medida está sendo tomada referente aos problemas já constatados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, M. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: MOSQUERA, J.; STOBAÜS, C. (orgs.). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

CORREIA, L. M. Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Porto: Porto Editora, 1a. Edição, 1997

SÁ, Elizabeth Dias de. Necessidades Educacionais Especiais na Escola Plural. Acessado em 08 de ago. 2018. Disponível em <http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/plural.htm>

STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

WERNECK, Cláudia. Quem cabe no seu “Todos”? Rio de Janeiro: WVA, 1999.